

# CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Edição n° 07/2023

# SUMÁRIO

- 01 ATUAÇÃO DO MPMT
- 02 MINISTÉRIO PÚBLICO
- 03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA
- 04 TRIBUNAIS SUPERIORES
- 05 CONSELHOS NACIONAIS
- 06 NOVIDADES LEGISLATIVAS
- 07 NOTÍCIAS

## EQUIPE

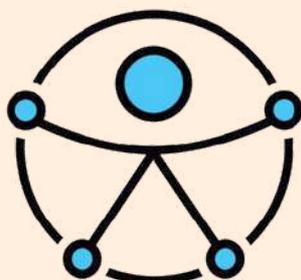
**Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza**  
Promotora de Justiça Coordenadora do CAO  
Pessoa com Deficiência

**Dr. Wellington Petrolini Molitor**  
Promotor de Justiça Coordenador-Adjunto  
do CAO Pessoa com Deficiência

**Thatyane Domingues Moreira Nunes**  
Assistente Social

**Rita de Cássia Arnaut Amadio**  
Analista Jurídico

**Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha**  
Auxiliar Ministerial



*Símbolo Universal de Acessibilidade da  
Organização das Nações Unidas (ONU)*

# 01 ATUAÇÃO DO MPMT

## JUSTIÇA DETERMINA CONTRATAÇÃO DE AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Após acionar o Estado de Mato Grosso na Justiça, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Cotriguaçu (a 950km de Cuiabá), obteve decisão liminar favorável determinando a designação/contratação e lotação de Auxiliares de Educação Especial (AEE) para a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, localizada em Juruena. A decisão estabelece que seja contratado número de auxiliares igual ao de alunos com deficiência.

A Ação Civil Pública (ACP) foi proposta após instauração de inquérito civil com base em representação que informou grave ofensa a direito fundamental indisponível consistente no não oferecimento adequado de educação de inclusão às pessoas com deficiência em razão da insuficiência do número de profissionais de apoio escolar. Inicialmente, o promotor de Justiça substituto Cristiano Felipini adotou providências para resolver a demanda na esfera extrajudicial. Contudo, diante da omissão do Poder Público Estadual, a ACP foi ajuizada.

O promotor de Justiça considerou que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; e que o Estatuto da Pessoa com Deficiência enumera que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando acesso ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

“Diante disso, a garantia de acesso à criança/adolescente com deficiência ao sistema público de ensino só poderá ser efetivada mediante a disponibilização de Auxiliares de Educação Especial (AEE) em número igual ao de crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais atualmente matriculadas na Escola Estadual Dom Aquino (sediada no Município de Juruena-MT), os quais deverão acompanhá-los em tempo integral, não podendo questões administrativas e orçamentárias tolher o atendimento educacional especial discutido no caso em concreto”, argumentou o promotor de Justiça.



# 02 MINISTÉRIO PÚBLICO

---

## Ministério Público Federal

- PGR defende que MPF tem legitimidade para propor ação civil pública contra exigência para que PCD comprove condições financeiras para pleitear isenção de IPI
- MPF - É inconstitucional lei do Amapá que reduz conceito de pessoas com deficiência, decide STF
- MPF diz que lei acreana que designa equipe para avaliar necessidade de mediador escolar não prejudica estudantes com autismo
- Atuação do MPF garante investimento de R\$ 26 milhões em acessibilidade na UFSCar e regularização de imóvel em Itirapina (SP)

## Ministério Público do Rio de Janeiro

- MPRJ assina TAC com a Prefeitura de Rio das Ostras para reestruturação da Rede de Atenção Psicossocial
- A pedido do MPRJ, concurso para a Prefeitura de Barra do Piraí terá vagas para pessoas com deficiência

## Ministério Público do Bahia

- Reunião discute instalação de leitos de saúde mental em Juazeiro

## Ministério Público do Tocantins

- Decisão atende pedido do MPTO e DPE para que Estado reestruture oferta de tratamento a pessoas com doenças neurológicas e transtornos neurodivergentes

## Ministério Público de Pernambuco

- MPPE e Prefeitura homologam acordo com foco na educação especial inclusiva

## Ministério Público do Maranhão

- MPMA pede reforma e adequação imediatas de rodoviária às normas de acessibilidade
- MPMA pede que irmão de pessoa com deficiência intelectual seja removido de função de curador

## Ministério Público de Santa Catarina

- MPSC e Secretaria Estadual de Saúde iniciam discussão para fortalecer Rede de Atenção Psicossocial e cumprir resolução do CNJ que determina o fechamento dos hospitais de custódia
- Grupo SC Acessível ampliará escopo de atuação para promover inclusão de pessoas com deficiência na sociedade

## Ministério Público de Minas Gerais

- MPMG ajuíza ação para que Município de Viçosa seja obrigado a garantir a mobilidade das pessoas com deficiência nas vias públicas locais

## Ministério Público do Pará

- MPPA recomenda reserva de vagas para pessoas com deficiência em processo seletivo
- MPPA expede recomendação para garantir moradia a idosos e pessoas com deficiência em situação de rua

## Ministério Público do Ceará

- MPCE recomenda adoção de medidas de acessibilidade e inclusão nas escolas da rede municipal de Camocim
- MPCE ajuíza ação para município de Quixeré evitar discriminação contra alunos com deficiência e garantir acesso à educação

## Ministério Público de Alagoas

- Ministério Público recomenda que municípios do Sertão promovam inclusão a crianças e adolescentes de escolas particulares

## Ministério Público de São Paulo

- MPSP fecha Termo de Cooperação que proporcionará atendimento em Libras

# 03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

---

## Tribunal de Justiça de Mato Grosso

- Comissão de Acessibilidade e Inclusão promove palestra sobre autismo para educadoras
- Tribunal garante inclusão de pessoas surdas ao disponibilizar intérprete de Libras em audiências
- Poder Judiciário realiza capacitação sobre inclusão no trabalho de pessoas com deficiência
- Tribunal de Justiça reserva vaga exclusiva de estacionamento para pessoas autistas

## Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

- Justiça do DF condena homem por injúria contra idoso com deficiência

## Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

- Poder Judiciário de MS destina R\$ 1,8 milhão para 1º abrigo de meninas com deficiência

## Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

- Boas práticas e iniciativas de empatia são exaltadas por palestrantes em evento sobre inclusão no mercado de trabalho

## Tribunal de Justiça de São Paulo

- Município disponibilizará vaga em residência inclusiva para jovem com transtornos psiquiátricos

## Tribunal de Justiça de Santa Catarina

- TJSC confirma condenação a homem que tripudiou de deficiência física de uma estagiária

## Tribunal de Justiça de Goiás

- Liminar garante extensão do passe livre ao acompanhante de pessoa com deficiência no transporte intermunicipal

## Tribunal de Justiça de Rondônia

- Poder Judiciário de Rondônia amplia acessibilidade de conteúdo com ferramenta para deficientes visuais e auditivos

# 04 TRIBUNAIS SUPERIORES

## STF

### STF valida lei do Piauí que exige etiquetas em braile em roupas

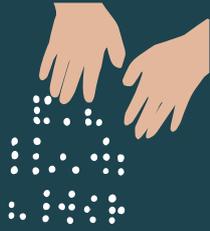
O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade da lei do Piauí que obriga as empresas do setor têxtil a colocarem etiquetas em braile ou outro meio acessível em peças de vestuário para atender a pessoas com deficiência visual. A decisão, contudo, excluiu as indústrias não sediadas no estado. (...)

A relatora destacou também que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) alterou o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) para garantir que informações básicas de produtos e serviços sejam acessíveis às pessoas com deficiência. Contudo, quase oito anos depois da publicação do estatuto, a matéria ainda não foi regulamentada. Essa omissão permite que os estados, atentos às suas peculiaridades, exerçam sua competência legislativa, que, no caso, também envolve a concretização de direitos fundamentais.

### STF invalida norma do Amapá que restringe direitos de alunos com deficiência na rede pública

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou dispositivos de lei do Amapá que, embora dê prioridade a pessoas com deficiência em escola pública próxima à residência, criou conceitos e condições que afrontam a Constituição. A decisão unânime foi tomada na sessão virtual encerrada em 16/6, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7028, ajuizada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras.

A Lei estadual 2.151/2017 trata das condições para o reconhecimento da deficiência e da sua comprovação por meio de laudo médico para o recebimento dos benefícios. Ainda conforme a norma, instituições que não tenham as condições básicas para a educação de pessoas com deficiência estão isentas de recebê-las.



## STJ

### Ministros do STJ concedem salvo-condutos para o cultivo de cannabis com fins medicinais

Em recentes decisões monocráticas, os ministros das duas turmas de direito penal do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vêm aplicando precedentes e concedendo habeas corpus a pacientes que precisam cultivar cannabis sativa para tratamento de diferentes doenças.

Em decisão do dia 5 de junho, o ministro Reynaldo Soares da Fonseca apontou que tanto a Quinta Turma quanto a Sexta Turma do STJ consideram que a conduta de plantar cannabis para fins medicinais não preenche a tipicidade material, motivo pelo qual se faz necessária a expedição do salvo-conduto quando comprovada a necessidade médica do tratamento, evitando-se, assim, criminalizar pessoas que estão em busca do seu direito fundamental à saúde.

### STJ - Tratamento para síndrome de Down e lesão cerebral deve ser coberto de maneira ampla por plano de saúde

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, reconheceu a obrigação de a operadora do plano de saúde cobrir sessões de equoterapia prescritas tanto para beneficiário com síndrome de Down quanto para beneficiário com paralisia cerebral. Recentemente, o colegiado já havia estabelecido entendimento semelhante em relação a tratamento de autismo.

# 05 CONSELHOS NACIONAIS

---

## Conselho Nacional de Justiça

- *Percentual de teletrabalho não deve incluir magistrados e servidores com deficiência*
- *Avanços nos tribunais é aceno positivo para a Política Antimanicomial do Judiciário*
- *Tribunais priorizam garantia dos direitos humanos em cumprimento de medidas de segurança*
- *Pessoas com Deficiência: comitê do CNJ comemora avanços ao encerrar ciclo de trabalho*

## Conselho Nacional do Ministério Público

- *CNMP aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público Brasileiro*
- *Plenário do CNMP julga 18 processos na sessão dessa terça-feira, 13 de junho, e aprova política de atenção à saúde mental dos integrantes do MP*

# 06 NOVIDADES LEGISLATIVAS

---

- ALMT - Deputado apresenta projeto que cria programa "Óculos Falantes" para deficientes visuais
- Aprovado uso do cordão de girassóis para ajudar pessoas com deficiências ocultas
- Comissão aprova obrigação de cinemas reservarem sessão mensal para pessoas autistas
- Comissão aprova capacitação em Libras como critério de desempate em concursos públicos
- CCJ aprova projeto que cria programa de amparo a idosos e pessoas com deficiência sem autonomia
- Comissão aprova proposta de correção anual do valor de carro novo para isenção fiscal a pessoa com deficiência
- Comissão aprova garantia de acompanhante para pessoas com deficiência em consultas e exames
- Comissão aprova punição à recusa injustificada de transporte de pessoas com deficiência
- Comissão aprova projeto que pune quem não denuncia violência contra pessoa com deficiência
- Comissão aprova projeto que cria serviço de proteção especial para pessoas com deficiência e idosos
- Comissão aprova obrigação de escolas mudarem sinais sonoros para evitar incômodos a alunos autistas
- Comissão aprova projeto que classifica o portador da síndrome de Tourette como pessoa com deficiência
- Projeto impede a prescrição para pessoas com deficiência incapazes de exprimir sua vontade
- Comissão aprova garantia de formação tecnológica a alunos da rede pública com deficiência
- Comissão aprova projeto que prevê seção com livros e periódicos em braile em bibliotecas públicas
- Câmara aprova projeto que institui medidas protetivas para idosos e pessoas com deficiência



# 07 NOTÍCIAS

---

Empresas têm obrigação social de incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho, afirma desembargadora

Avança na Câmara projeto de lei que promove inclusão de advogados com deficiência

Anna Paula Feminella destaca na ONU o empenho do Brasil no fortalecimento da comunicação acessível para pessoas com deficiência

Comissão de Educação debate valorização dos profissionais de apoio escolar

BPC Autismo: Quem tem direito? Como conseguir? Neste conteúdo vamos trazer informações valiosas sobre o benefício assistencial para os Autistas

A importância das tecnologias assistivas na inclusão de pessoas com deficiência

Servidor pai de criança deficiente terá horário especial de trabalho

Juiz manda TikTok tirar do ar vídeo português que discrimina crianças com Down

Juíza reduz jornada de bancária que tem filho com síndrome de Down

Universidade é condenada por dificultar contratação de pessoas com deficiência





# MPMT

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



**CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Centro de Apoio Operacional

Procuradoria Geral de Justiça

65 3611-0600

[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)

**Contato:**

[cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br](mailto:cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br)